

-----ATA NÚMERO 39/2015-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA, E PÚBLICA, DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E QUINZE.**-----

-----Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas quinze horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Bruno Miguel Camacho Pereira, Domingos Manuel Martins Rodrigues, Paulo Alexandre de Atouguia Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Artur Alberto Fernandes Andrade e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração.-----

---Presente, ainda, a Senhora Alicia Maria Faria Abreu que preenche, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º, da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, a vaga ocorrida nesta reunião pela ausência da Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, da Mudança. -----

---Também estiveram presentes o Chefe de Gabinete e a Adjunta da Presidência, Miguel Iglésias e Andreia Caetano, e os Adjuntos da

Vereação Sandra Silva, João Beja e Mabely Moreira, respetivamente.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**INTERVENÇÃO DA VERAÇÃO:** - Iniciando este período, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, referiu-se ao ocorrido na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia anterior, nomeadamente a retirada do ponto sobre a Derrama no Município do Funchal. Disse que, visto que o Regimento confere ao Presidente da Assembleia a definição da ordem do dia assim como a retirada de documentos, opinou que a mesma deveria ter sido ouvida pelos líderes. Considerou, ainda, o facto do Presidente da Câmara não ter informado previamente a restante Vereação sobre esta intenção, em seu entender, muito grave, esperando que a situação não se venha a repetir.-----

----- - Sobre o mesmo assunto, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, disse que a ordem de trabalhos poderá ser alterada e o autor de qualquer proposta retirá-la antes da sua votação, manifestando, também, a sua concordância com o PSD, em relação a que o Presidente da Câmara deveria ter

conferenciado, previamente, com os restantes Vereadores.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, opinou que, não sendo o documento agendado novamente e dentro do prazo obrigatório para nova sessão da Assembleia Municipal, haverá ilegalidade nesta decisão.-----

----- - Sobre esta questão, o Senhor Presidente referiu que a sua interpretação é que lhe são conferidos poderes, tanto para agendar como para retirar documentos, pois o agendamento depende do Presidente da Câmara cabendo-lhe propor, posteriormente, ao Presidente da Assembleia.-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionou o Senhor Presidente sobre a razão da retirada do documento, tendo o mesmo respondido não estarem reunidas as condições políticas para o debate daquele ponto.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

**1 – VOTO DE LOUVOR:**-----

----- - **Atribuição de Voto de Louvor ao Atleta João Rodrigues, pela sétima classificação para os Jogos Olímpicos:** - Foi aprovado, por unanimidade, o seguinte Voto de Louvor, subscrito pelo Senhor Presidente:-----

---“No decurso do Campeonato do Mundo de Vela da Classe RS:X (prancha à vela), recentemente disputado em Oman, o velejador madeirense João Rodrigues, do Centro de Treino Mar, conseguiu a

proeza de classificar-se pela sétima vez para os Jogos Olímpicos, neste caso os do Rio de Janeiro, que se disputarão em 2016, tornando-se o atleta português com maior número de participações em Jogos Olímpicos. Natural de Santa Cruz, João Rodrigues, de 43 anos, é um caso único no nosso País. Iniciou-se na vela em 1980, com 9 anos, e representa – desde 1990 – o Centro Treino Mar, tendo subido ao pódio por cinquenta vezes em competições internacionais oficiais e conquistado 22 medalhas de ouro, numa carreira igualmente relevante pela sua longevidade e dedicação sem igual à modalidade que pratica, em particular, e ao desporto em geral. Deste modo, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal do Funchal, aprove um Voto de Louvor ao “Atleta João Rodrigues, pela sua sétima classificação para os Jogos Olímpicos”.-

## **2 - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2016: -**

O Senhor Vereador Miguel Gouveia, com o Pelouro das Finanças, procedeu à apresentação dos documentos mencionados em título, não sem antes felicitar, pela elaboração dos mesmos, a Chefe de Divisão, Magda Perestrelo e a Técnica Superior Maribel Rodrigues, num contexto em que o Diretor do Departamento se encontrava em campanha eleitoral.-----

---A proposta de Orçamento para o ano de dois mil e quinze totaliza o valor de € 84.250.000,00 (oitenta e quatro milhões duzentos e cinquenta mil euros), repartido por receitas correntes € 78.653.660,00 (setenta e oito milhões seiscentos e cinquenta e três mil seiscentos e sessenta euros) e receitas de capital €

5.596.340,00 (cinco milhões quinhentos e noventa e seis mil trezentos e quarenta euros), despesas correntes € 62.937.646,00 (sessenta e dois milhões novecentos e trinta e sete mil seiscentos e quarenta e seis euros) e despesas de capital € 21.312.354,00 (vinte e um milhões trezentos e doze mil trezentos e cinquenta e quatro euros).-----

---Usando da palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, começou por referir a existência dum conjunto de alterações legislativas que tornaram o Orçamento mais rigoroso, não deixando grande margem de manobra. Disse, ainda, existir a questão dos cinco milhões relativos ao sucesso da ação que a Câmara interpôs ao Governo Regional, que não deveria estar inscrita no Orçamento por não existir certeza do seu sucesso. “Relativamente a alguns setores o investimento é muito deficitário, não se assumindo num documento como este que as opções políticas de investimento poderiam estar mais desagregadas em algumas rubricas”, sublinhou.-----

---O Senhor Vereador Paulo Atougua, do PSD, por sua vez, levantou duas questões relacionadas com a desagregação da receita e da despesa e a comparabilidade dos dados, referindo que o presente Orçamento poderia ter ido mais longe e mais detalhado, sendo que a grande margem é a análise política no que diz respeito aos investimentos.-----

---A Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, no uso da palavra, referiu-se ao Fundo de Investimento Social e ao Programa

“Câmara à Porta”, dizendo ter constatado o facto de já não constar no documento o que lhe pareceu estranho, já que o próprio Executivo afirmara em sessão da Assembleia Municipal que este Programa seria revisto. No que se refere aos projetos aprovados no âmbito do Orçamento Participativo, questionou o facto de constar um “Parque para Animais”, quando o que teria sido aprovado foi um “Cemitério para Animais”. Quanto aos apoios que a Câmara concede às escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, chamou a atenção para o facto, do Executivo não ter cumprido com o que foi referido na reunião de seis de fevereiro de dois mil e catorze, acerca das “Beneficiações nos espaços exteriores da Escola Básica do 1º Ciclo com Pré-Escolar da Pena”, onde o próprio Presidente admitiu que, efetivamente, a mesma apresentava algumas deficiências nos espaços exteriores e atendendo ao facto da Autarquia não ter esta obra prevista no Orçamento para dois mil e catorze, daria orientações no sentido de ser iniciado a elaboração do projeto bem como a sua orçamentação, tendo em vista o ano de dois mil e quinze. Perante a não inclusão desta obra no Plano Plurianual de Investimentos, solicitou que esta situação seja revista para que esta intervenção possa ser concretizada no próximo ano.-----  
---Concluindo a sua intervenção, disse ser inadmissível o facto do Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, ter por hábito se ausentar, constantemente, em todas as reuniões, considerando ser esta uma atitude incorreta para com todos os outros Vereadores que permanecem na sala, analisando e discutindo

questões tão importantes para a gestão da Câmara e da Cidade.----

---Intervindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, disse achar positivo a diminuição do agravamento fiscal, considerando, no entanto, negativo a inscrição dos cinco milhões de euros em dívida por parte do Governo Regional. “Este Orçamento aposta na requalificação dos bairros sociais e obras de rede viária, sendo que poderia ter ido mais longe no sentido de encontrar meios financeiros, através de fundos comunitários, para as áreas sociais”, acrescentou.-----

---Tomando a palavra, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, referenciou que as Autarquias da Região têm uma dupla asfixia, resultante das alterações legislativas e das transferências de competências, contribuindo para esse facto o PAEF Regional e o fim dos contratos-programa do Governo. Disse, também, que a desagregação de algumas rubricas é importante por forma a permitir uma melhor análise, realçando a importância da comparação do programa com a execução do Orçamento registando ainda um conjunto de obras que consideram importantes, assim como a intervenção ao nível dos bairros sociais.-----

-----Em seguida, o Senhor Presidente colocou à votação a **Proposta de Orçamento para dois mil e dezasseis**, tendo sido deliberado, por maioria, com votos a favor da Mudança e abstenção do PSD, CDS/PP e CDU, aprovar e submeter à Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc) do número um do artigo trinta

e três e alínea a) do número um do artigo vinte cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro e do disposto no número um do artigo quarenta e cinco da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro. (Os referidos documentos ficam, por fotocópia, arquivados em pasta própria).-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “Independentemente das questões formuladas, aquando da discussão deste ponto, a nossa abstenção justifica-se, para que o documento seja remetido à Assembleia Municipal e possamos assim analisar e discutir.”-----

-----**Declaração de Voto da CDU:** “Relevando como positivo alguma perspectiva que ainda que não esteja aqui refletida, nomeadamente os empréstimos bancários e o investimento que permitirá consideramos ir mais longe, mormente no aumento da Derrama, não penalizando quem tem lucro para resolver os problemas da cidade. Não fazer isso é uma opção contra a cidade e populações e aquando da Assembleia Municipal iremos apresentar uma proposta de alteração reservando a decisão final em sede da mesma.”-----

-----**Grandes Opções do Plano para 2016:** - O Senhor Vereador com o Pelouro das Finanças, Miguel Gouveia, apresentou e fundamentou o documento em epígrafe:-----

--- - Colocado à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da Mudança e CDS/PP e abstenção do PSD e CDU, aprovar as Grandes Opções do Plano para dois mil e



dezasseis, no valor de € 16.412.257 (dezasseis milhões quatrocentos e doze mil duzentos e cinquenta e sete euros), aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do número um do artigo trinta e três e alínea a) do número um do artigo vinte cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro e do disposto no número um do artigo quarenta e cinco da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro. (O documento fica, por fotocópia, arquivado em pasta própria).-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “Independentemente das questões formuladas, aquando da discussão deste ponto, a nossa abstenção justifica-se, para que o documento seja remetido à Assembleia Municipal e possamos assim analisar e discutir.”-----

-----**Declaração de Voto do CDS/PP:** “O CDS/PP absteve-se no ponto anterior, mas vota a favor deste, pois considera que estes investimentos são prioritários para a cidade.”-----

-----**2.1 – Mapa de Pessoal para o ano de 2016:** - Foi colocada à discussão a proposta de Mapa de Pessoal, que abaixo se transcreve, subscrita pela Senhora Vereadora da Mudança, Madalena Nunes:-----

---“Considerando que: - O Mapa de Pessoal constitui um importante instrumento de planeamento e gestão dos recursos humanos, regulado pelo artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de

junho; - A proposta anual do Mapa de Pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver pelos serviços municipais e os recursos financeiros disponíveis, contém a indicação do número de postos de trabalho de que o Município do Funchal carece para a prossecução das suas atribuições; - A proposta de Mapa de Pessoal contém 1821 postos de trabalho, dos quais atualmente 1579 se encontram ocupados por trabalhadores e dirigentes em exercício efetivo de funções na Câmara Municipal do Funchal e 79 estão afetos a trabalhadores vinculados ao Município, mas que se encontram a exercer funções dirigentes em regime de comissão de serviço, em mobilidade interna noutras entidades ou em cedência de interesse público nas empresas municipais; - A proposta de Mapa de Pessoal também prevê 163 postos de trabalho vagos, que poderão ser ocupados no próximo ano por trabalhadores nas modalidades de mobilidade na categoria ou mobilidade intercarreiras ou categorias, com o objetivo de potenciar a otimização do capital humano, valorizando e adequando as competências dos trabalhadores às exigências funcionais dos postos de trabalho, ou por recurso a eventuais recrutamentos externos nas carreiras mais carenciadas e onde se verificaram as saídas mais significativas de trabalhadores nos últimos anos, designadamente bombeiros e assistentes operacionais nas áreas do ambiente, jardins, obras públicas, águas e saneamento; - Os postos de trabalho, segundo a tipologia de cargos ou carreiras e áreas de atividades, encontram-se

distribuídos na seguinte forma: **Cargo ou carreira:** Dirigente - **número de postos de trabalho previstos para 2016** = 40 - Percentagem: 2,2%; **Número de postos de trabalhos previstos para 2015** = 55; **Cargo ou carreira:** Técnico Superior - **Número de postos de trabalho previstos para 2016** = 222 - Percentagem: 12,2%; **Número de postos de trabalho previstos para 2015** = 220; **Cargo ou carreira:** Assistente Técnico - **Número de postos de trabalho previstos para 2016** = 293 - Percentagem: 16,1%; **Número de postos de trabalho previstos para 2015** = 284; **Cargo ou carreira:** Assistente Operacional - **Número de postos de trabalho previstos para 2016** = 1053 - Percentagem: 57,8%; **Número de postos de trabalho previstos para 2015** = 1050; **Cargo ou carreira:** Carreiras Subsistentes - **Número de postos de trabalho previstos para 2016** = 21 - Percentagem: 1,2%; **Número de postos de trabalhos previstos para 2015** = 21; **Cargo ou carreira:** Carreiras não revistas - **Número de postos de trabalho previstos para 2016** = 192 - Percentagem: 10,5%; **Número de postos de trabalho previstos para 2015** = 23 - Total = **Número de postos de trabalho previstos para 2016:** 1821; Percentagem: 100%; **Número de postos de trabalho previstos para 2015** = 1822; **Áreas de Atividade:** Atividades Técnicas - **número de postos de trabalho** = 336 - Percentagem: 18,5%; **Áreas de Atividade:** Atividades Administrativas - **número de postos de trabalho** = 246; Percentagem: 13,5%; **Áreas de Atividade:** Atividades Operacionais - **número de postos de**

**trabalho** = 1056; Percentagem: 58,0%; **Áreas de Atividade**: Atividades de Proteção Civil - **número de postos de trabalho** = 143; Percentagem: 7,9%; **Áreas de Atividade**: Dirigentes - **número de postos de trabalho** = 40; Percentagem: 2,2% - Total: = **número de postos de trabalho** = 1821; Percentagem: 100%. Propõe-se que a Câmara Municipal do Funchal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à Assembleia Municipal do Funchal a aprovação, ao abrigo e nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do referido Regime, conjugado com o disposto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do Mapa de Pessoal para o ano de 2016, em anexo”.

--- - Colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de deliberação atrás descrita, bem como o **Mapa de Pessoal** que se junta, por fotocópia, à presente ata como anexo (A), dela fazendo parte integrante.

### **3 – MERCADOS MUNICIPAIS:**

----- - **Atribuição do direito de exploração da loja número 5 do Mercado dos Lavradores – Impugnação Administrativa:** - Em presença do requerimento apresentado por Yenifer Pereira de Oliveira (proc. 41642/15), solicitando a impugnação administrativa da deliberação, tomada em reunião de um de outubro/dois mil e quinze, que adjudicara a “atribuição do direito de exploração da

loja número cinco do Mercado dos Lavradores”, ao concorrente Márcio Miguel Costa Abreu, a Câmara deliberou, não tomar conhecimento da respetiva impugnação, com votos contra do PSD, abstenção da CDU e ausência do Senhor Vereador do CDS/PP, com base na informação da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento (refª 31/DCPS/2015).-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “O sentido de voto do PSD justifica-se, pois, em nosso entender, achamos que os pressupostos invocados pelo caráter intempestivo desta impugnação administrativa, não merecem a nossa concordância bem como acharmos que tendo a Câmara aprovado, politicamente, um Código de Conduta, que a obriga a um comportamento de resposta perante o munícipe deveria sempre fazê-lo, e neste caso concreto está em desrespeito pelo mesmo.”-----

-----**Declaração de Voto da CDU:** “A nossa abstenção justifica-se pelo facto de, do ponto de vista formal, e, aparentemente, não haver nada que impedisse a decisão tomada pela Câmara, mas pelo facto de ser nosso entendimento que o munícipe tem sempre direito a uma resposta com conteúdo material e justificativo e não meramente formal.”-----

#### **4 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:-----**

----- - **Prestação de Serviços de “Aferição de Alcootestes” – parecer prévio:** - Em face do respetivo processo (refª 85/DRH/SST/2015), a Câmara deliberou, por maioria, com ausência do Senhor Vereador do CSD/PP, dar parecer prévio

favorável ao procedimento referido em epígrafe, a celebrar com Secufogo, Engenharia de Segurança, Lda., no valor de € 309,52 (trezentos e nove euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescido de IVA.-----

----- - **Prestação de Serviços de “Representação Judicial do Município no âmbito da Ação Administrativa Comum nº 313/07.OBEFUN)” – parecer prévio**: Foi deliberado, por maioria, com ausência do Senhor Vereador do CDS/PP, na presença do processo respetivo (ref<sup>a</sup> 617/DJF/DJ/2015), dar parecer prévio favorável ao procedimento mencionado em título, a celebrar com M. Alves Teixeira & Associados - Sociedade de Advogados, R.L., no valor de € 1.506,00 (mil quinhentos e seis euros), acrescido de IVA.-----

**5 – PROPOSTAS DA VERAÇÃO:**-----

----- - **Proposta de deliberação do CDS/PP, intitulada “Rede de Parques Infantis na Cidade do Funchal”**: - Submetida pelo Senhor Vereador do CDS/PP, foi presente a seguinte proposta de deliberação, que se transcreve:-----

---“O Funchal é uma Cidade carenciada de parques infantis e de outras estruturas de lazer e de recreação para as crianças. Esta carência é, particularmente, acentuada nas zonas altas do Funchal onde muitas localidades e sítios não dispõem de um parque infantil. Mas, o mesmo acontece, nalgumas zonas intermédias e, mesmo, na baixa do Funchal onde muitos jardins não possuem qualquer equipamento de recreação para crianças. É uma grave

lacuna que pode e deve ser corrigida tendo em vista um apoio aos mais novos e às respetivas famílias. Acresce que alguns dos parques existentes não estão nas melhores condições e outros não respeitam a legislação aplicável. Importa, também, assegurar que os parques existentes e os novos garantam o acesso a crianças com dificuldade de mobilidade ou com necessidades especiais. Nestes termos, é crucial criar parques infantis e desportivos em várias zonas do Funchal, nomeadamente em freguesias que não possuam qualquer equipamento de apoio às crianças e aos jovens. Estes espaços são importantes para a sua recreação, mas também lugares de socialização e inclusão. Assim, a Câmara Municipal do Funchal, delibera, como investimento prioritário para 2016, criar uma Rede de Parques Infantis em toda a Cidade do Funchal com verbas a inscrever no orçamento do próximo ano”.

--- - Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.

----- - **Proposta de Deliberação do CDS/PP, intitulada “Rede de Ginásios ao Ar Livre na Cidade do Funchal”**: - Foi aprovada,

por unanimidade, a seguinte proposta de deliberação, submetida pelo Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP:

---“A qualidade de vida de uma Cidade mede-se por um conjunto de fatores que vão dos serviços prestados pela Câmara à população até o rendimento das famílias do Município. O lazer, a recreação e a saída dos cidadãos são vetores de um desenvolvimento social que contribui para a sua qualidade de vida. Hoje, a prática de desporto e de exercício físico é uma condição essencial para uma vida

saudável. No Funchal, tal como noutras cidades, cresce diariamente o número de pessoas que escolhem as ruas, os jardins e os parques para realizarem exercício físico e de manutenção. E por isso que importa dotar o Funchal de alguns equipamentos para o exercício físico, incentivando ainda mais gente à sua prática. A Cidade dispõe no centro e nas Zonas Altas de um conjunto de jardins e de espaços verdes onde podem ser instalados esses equipamentos que podem contribuir para que o Funchal possa ser uma Cidade de desporto para todos. Assim, a Câmara Municipal do Funchal, delibera criar uma Rede de Ginásios ao Ar Livre em toda a Cidade, cuja instalação começará no próximo ano por via de verbas inscritas no Orçamento e Plano de Investimentos para 2016”.

---Intervindo, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, e relativamente às duas propostas, referiu que tudo o que signifique o aumento de equipamentos de lazer e sociais será positivo. Contudo, no que se refere à primeira proposta apresentada, disse que deveriam existir mais detalhes, ao nível da localização e dos custos.

---Retorquindo, o Senhor Vereador proponente das mesmas, disse que deverão ser os serviços da Autarquia a analisar os locais assim como os custos.

---Usando da palavra, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade referiu serem positivas as propostas mas será necessário efetuar um levantamento dos locais onde este tipo de equipamento é mais



necessário, sendo, igualmente, importante elaborar planos de requalificação das zonas onde estes serão inseridos.-----

---Relativamente a este assunto, o Senhor Presidente informou que o Executivo acolhe as propostas, reforçando a questão da manutenção e de parques com inclusão para crianças portadoras de mobilidade reduzida, à semelhança do já existente no Parque de Santa Catarina, salientando ainda que na rede de ginásios ao ar livre, terão que ser tidos em conta a sua localização e a qualidade dos materiais.-----

---Os Senhores Vereadores José Manuel Rodrigues e Artur Andrade, do CDS/PP e CDU, ausentaram-se da sala, não participando na discussão e votação dos processos que fazem parte do ponto que se segue “*Pessoal*”.-----

## **6 – PESSOAL:**-----

-----**6.1 – Processos Disciplinares:** - Perante o processo disciplinar (nº 18/2015) instaurado ao funcionário (número 8428), Assistente Operacional (Motorista de Pesados), a exercer funções na Divisão de Gestão de Frota do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos, Câmara deliberou, por maioria, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de trinta (30) dias de suspensão, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - A Câmara deliberou, por maioria, arquivar o processo disciplinar (nº 20/2015), instaurado ao funcionário (número 7330), Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza) a exercer funções na Divisão de Remoção de Resíduos do Departamento de Ambiente,

nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

---**Adenda (nº 4 do artigo 11º do Regimento das Reuniões da CMF)**. -----

**7 – URBANISMO:** - (O processo agendado sob o número 353, foi retirado).-----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO:** - Pelas dezassete horas e trinta minutos, foi aberto o período de intervenção ao público. Intervieram os munícipes abaixo identificados, inscritos previamente na Divisão de Atendimento e Informação, colocando as suas questões:-----

--- - Maria Rosário Martins Rodrigues – reclamação contra a retirada de transportes públicos (autocarros) referentes às carreiras vinte e vinte e um - Monte (procº 42310/2015); (Não compareceu) -----

---- - Agostinho de Freitas Jardim Branco – pedido de alargamento da Estrada do Lombo da Quinta, freguesia de São Gonçalo, bem como a ligação dos esgotos à rede geral;-----

---O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que esta situação está identificada não podendo, no entanto, garantir que a obra tenha início durante o corrente ano, referindo ainda que os serviços de fiscalização deslocar-se-ão ao local por forma a averiguar o derrame do esgoto.-----

--- - Rui Alberto Andrade Fernandes – pedido de continuação da execução de estrada na Vereda do Boliqueime, freguesia de Santo António (procº 6675/1998);-----

---O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, esclareceu que será elaborada uma priorização das obras sendo esta analisada juntamente com outras. Em relação à canalização do ribeiro, ficou o compromisso da Autarquia junto do Governo Regional de elaborar um relatório, que está a ser ultimado, sobre um conjunto de ribeiros que necessitam de intervenção;-----

--- - Cátia Carina Castro Cró – pedido de alargamento da Vereda da Freirinha, freguesia de Santo António (abaixo assinado);-----

---O Senhor Vereador da Mudança, Miguel Gouveia, informou que existe uma prioridade neste caso, atendendo a que vem beneficiar um grande número de famílias, reunindo esta obra todos os requisitos para ser implementada;-----

--- - Eusébio Jesus Figueira – pedido de alargamento do Caminho do Trapiche, entrada número sessenta e oito, freguesia de Santo António;-----

---O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, explicou que esta obra vai ser, provavelmente, lançada este ano e a ser executada no próximo.-----

--- - Fortemixtura, Lda. – autorização para utilização de espaço destinado à atividade de snack-bar e frutaria, sito à Estrada dos Marmeleiros, número setenta e quatro, freguesia do Imaculado Coração de Maria (sub-procº 2009000464); (Não compareceu).-----

--- - Judite Fernandes Correia Barbosa – exposição sobre a colocação de chaminé no prédio situado ao Caminho do Curral Velho, número sessenta, freguesia de Santo António (sub-procº

2009000798); (Não compareceu).-----  
--- - José Arlindo Gonçalves – exposição sobre a alteração do troço da levada de rega de acesso à sua propriedade (procº E-39437/2015); (Não compareceu).-----  
--- - Maria Isabel Gomes dos Santos Mota – reclamação contra os barulhos provenientes do Bar “Tapas do Aníbal”, situado à Rua de Santa Maria, números cento e setenta e três/cento e setenta e cinco – Zona Velha da Cidade;-----  
---Respondendo, o Senhor Presidente informou que os serviços reuniram com a proprietária do estabelecimento em causa, numa ação pedagógica, assumindo que o compromisso da Autarquia é o de continuar a efetuar fiscalização, através dos seus serviços, com a colaboração da PSP.-----  
--- - António Martinho Sousa Correia – reclamação contra a execução de obra irregular à Rua de Santa Maria, números cento e trinta e cento e trinta e dois, freguesia de Santa Maria Maior (sub-procº 2013000331);-----  
---O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informou que o proprietário da obra será notificado no sentido de não efetuar ruído ao sábado e também da obrigatoriedade da colocação, em local visível, do alvará de licenciamento;-----  
--- - João Paulo Veloza Pinto – apresentação de abaixo-assinado solicitando a retirada de linha amarela no pavimento, junto ao Museu São Tiago, freguesia de Santa Maria Maior (procº 12438/2015);-----

---De acordo com a informação da Divisão de Trânsito e Mobilidade, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, explicou não ser possível a retirada da linha amarela por questões de segurança relacionadas com a passagem de viaturas de socorro;-----

--- - José Nelson Andrade – reclamação contra João Luis Andrade por obras executadas no prédio localizado ao Caminho da Portada de Santo António, número cinquenta e um, freguesia do Monte (proc° E-17800/2015);-----

---O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, disse que o serviço de fiscalização tem efetuado, frequentemente, visitas ao local da obra, estando a mesma a decorrer de acordo com o projeto, salientando que a existir alguma infração o proprietário será notificado;-----

--- - Fernando Renato de Andrade – exposição sobre a demolição de obras clandestinas no prédio situado ao Caminho da Portada de Santo António, número quarenta e nove, freguesia do Monte (sub-proc° 2013000348).-----

---O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, esclareceu que a posição da Autarquia mantém-se desde a última reunião pública, informando que as obras estão a decorrer e ao existir alguma ilegalidade a Câmara irá atuar.-----

---Após se inteirar dos assuntos acima descritos e prestado esclarecimentos, a Câmara encaminhou para os diversos serviços as situações que necessitavam informação.-----

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

-----

-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 358/2015, publicada nos locais de estilo.